

Requerimento de Sessão 179/2026

Protocolo 43604 Envio em 10/06/2026 13:56:23

Requer ao Chefe do Executivo Municipal, informações sobre o andamento, prazos e custos da reforma do CAPS.

Excelentíssimo Senhor
FÁBIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal
Estância Turística Paraguaçu Paulista – SP.

O Vereador que esta subscreve, nos Termos Regimentais vigentes, **REQUER** ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada, informações sobre o andamento, prazos e custos da reforma do CAPS, conforme segue para as devidas respostas:

1. Qual o cronograma atualizado e a data prevista para a conclusão das obras de reforma no prédio do antigo posto de saúde da Vila Gammom para o CAPS? Descreva e anexe documentos.
2. Qual o valor total investido na referida reforma até o momento e qual o valor total previsto no contrato original? Descreva e anexe documentos.
3. Quais são os motivos que justificaram o atraso na entrega da obra, se houver, e quais aditivos contratuais já foram assinados? Relacionar.
4. Qual o valor pago mensalmente pelo aluguel do imóvel onde o CAPS está funcionando provisoriamente e quanto já foi despendido com esse aluguel desde o início da obra? Relacionar mês a mês e justificar.
5. Existe uma previsão de economia aos cofres públicos com a desocupação do imóvel alugado após a entrega da reforma? Descrever e apresentar a infraestrutura que será disponibilizada no novo prédio.

JUSTIFICATIVA

A reforma do prédio do antigo posto de saúde da Vila Gammom, destinado a abrigar improvisadamente o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), é uma demanda de extrema relevância para a saúde pública de Paraguaçu Paulista. A população que depende desse serviço de acolhimento em saúde mental necessita de um ambiente adequado, seguro e estruturado para o tratamento, condições que, embora buscadas no imóvel alugado, não substituem a necessidade de uma instalação definitiva e projetada para as especificidades da rede de atenção psicossocial.



Acompanhar o andamento dessa obra é um dever deste Poder Legislativo, especialmente diante da necessidade de transparência quanto ao uso dos recursos públicos. A utilização de verbas municipais para a manutenção de aluguel de imóvel provisório por um período prolongado gera preocupação quanto à gestão do orçamento da pasta da Saúde, sendo imperativo que a administração municipal esclareça à sociedade quais foram os entraves e o real impacto financeiro dessa transição.

O objetivo deste requerimento é obter dados concretos para que possamos tranquilizar os usuários do serviço e seus familiares, assegurando que o patrimônio público esteja sendo gerido com eficiência.

É fundamental que a municipalidade apresente prazos reais e preste contas sobre os gastos, garantindo que o atendimento psicossocial retorne o mais breve possível para um espaço que comporte dignamente as atividades da rede de atenção mental, especialmente para que esta não seja mais uma obra interminável, que sirva a outros interesses que não seja a Saúde Pública.

Palácio Legislativo Água Grande, 09 de junho de 2026.

LEANDRO MONTEIRO DE SIQUEIRA
Vereador

